



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0006538

Requerente: Vereador Marco Antônio da Rosa

Súmula: Projeto de Lei: que "institui a campanha coração de mulher no município de Sapucaia do Sul".

[SIC]

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria de vereador com assento nesta casa legislativa, cujo escopo "institui a campanha coração de mulher no município de Sapucaia do Sul". Vem o expediente instruído com mensagem justificativa e projeto de lei anexo.

PARECER

A promoção de medidas que visem proteger a saúde dos cidadãos é obrigação atribuída a todos os entes federativos, situação que se manifesta em nossa Lei Orgânica da seguinte forma:

Art. 8º É competência comum do Município juntamente com a União e o Estado:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Já a iniciativa da Câmara Municipal para proposições que versem sobre assuntos relacionados às competências próprias do município é fixada nos seguintes termos pela LOM:

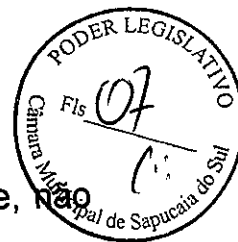
*Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, (...).
Grifamos.*

A promoção de campanhas de conscientização, à primeira vista, pode ser enquadrada na esfera de atuação institucional do Poder Legislativo, considerando que a regulamentação da competência legislativa a nível municipal (Lei Orgânica) não contém nenhuma disposição que reserve tais atos privativamente ao Poder Executivo. No que diz respeito a fixação de



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



datas comemorativas junto ao calendário oficial de eventos, igualmente, não existe tal reserva, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê com a sanção do Prefeito.

Merece registro, por outro lado, que em pesquisa junto ao sítio oficial do município de Sapucaia do Sul na internet, as referências aos termos "calendário oficial" encontradas são basicamente leis que incluem datas no calendário oficial e um decreto que estabelecia o calendário de eventos para o ano de 2006. Não temos conhecimento sobre a publicação de nenhuma lei que diga respeito à existência de um calendário oficial, e tal informação também não consta dos autos, ou mesmo da mensagem justificativa.

Assim, ao quanto compete nossa manifestação técnica, cumpre apenas registrar que a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal caracteriza vício de iniciativa.

Nesse sentido:

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE PELOTAS. LEI MUNICIPAL N.º 6.019/2013 QUE INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO AS FESTAS DE IEMANJÁ E NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES. Constitui-se em vício de iniciativa a promulgação, pelo Poder Legislativo de Lei Municipal que, ao incluir no calendário oficial de eventos do município as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes, interfere na organização de órgãos da Administração Pública, matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo; bem como origina despesas não previstas na lei de diretrizes orçamentárias, com a criação de atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal. Afronta ao artigo 8º, artigo 10, artigo 60, inciso II, alínea "d", artigo 61, incisos I e II, artigo 82, incisos III e VII, artigo 149, incisos I, II e III, bem como ao artigo 154, incisos I e II, todos da Constituição Estadual. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70057519886, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 06/10/2014).



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Nesta linha de raciocínio, o entendimento que nos parece mais adequado como limite derradeiro da possibilidade de iniciativa parlamentar, considerando a previsão na Lei Orgânica Municipal quanto à possibilidade de a Câmara de Vereadores dispor sobre todas as matérias da competência municipal com a sanção do prefeito (art. 36 da LOM), vai ao sentido que o Legislativo poderá instituir datas no calendário oficial, desde que o prefeito sancione a proposição. Mas: o Legislativo pode fazer tão somente isso, não poderão constar do projeto quaisquer disposições que criem atribuições e serviços a serem executados pela Administração Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, com as informações que julgamos pertinentes, encaminhamos o projeto ao prosseguimento na sua tramitação regimental.

À análise superior, para as devidas providências, e com a aprovação, encaminhe-se o expediente à Diretoria Legislativa para as diligências cabíveis.

Sapucaia do Sul, 23 de abril de 2018

Pablo José Camboim de Souza
OAB/RS 50.493
Matrícula 881

Aprovo .

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257